

Principais medidas de política econômica no trimestre

POLÍTICA FISCAL

Decreto nº 3.031, de 20 de abril de 1999, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 75, de 22 de abril de 1999)

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa e sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 1999.

Medida Provisória nº 1.789-5, de 20 de maio de 1999, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 96, de 21 de maio de 1999)

Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil. Fica o Tesouro Nacional autorizado a fazer aplicação em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, em poder do Banco Central do Brasil.

Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 103, de 1º de junho de 1999)

Disciplina os limites das despesas com pessoal na forma do artigo 169 da Constituição. As despesas totais com pessoal não podem exceder a 50%, na União, e a 60%, nos estados, municípios e Distrito Federal, da Receita Corrente Líquida.

Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999, dos Atos do Poder Executivo (Diário Oficial da União nº 112, de 15 de junho de 1999)

Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa. O critério geral impessoal será respectivamente: menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade.

Resolução nº 2.615, de 30 de junho de 1999, do Banco Central do Brasil

Fixa as metas para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância ($\pm 2\%$), bem como o índice de preços (IPCA-IBGE) a que se aplicam, para os anos 2001 (4%), 2000 (6%) e 1999 (8%).

Circular nº 2.905, de 30 de junho de 1999, do Banco Central do Brasil

Dispõe acerca de prazos mínimos e da remuneração das operações ativas e passivas realizadas no mercado financeiro. Estabelece que as operações ativas e passivas realizadas no âmbito do mercado financeiro, com remuneração contratada com base em taxas prefixadas, não estão sujeitas a prazos mínimos.

Circular nº 2.904, de 30 de junho de 1999, do Banco Central do Brasil

Dispõe sobre a realização de operações compromissadas. Faculta a realização de operações compromissadas com pessoas físicas e com pessoas jurídicas não financeiras, nos termos do regulamento anexo à Resolução nº 1.088, de 30 de janeiro de 1986.

Resolução nº 2.613, de 30 de junho de 1999, do Banco Central do Brasil

Dispõe sobre a realização de operações de compra de títulos de renda fixa, com base em taxas de mercado, e estabelece condições relativamente a operações ativas e passivas praticadas no mercado financeiro.

AGRICULTURA

Medida Provisória nº 1.781-8, de 08 de abril de 1999 (Diário Oficial da União nº 67, de 09 de abril de 1999) e Medida Provisória nº 1.781-10, de 02 de junho de 1999 (Diário Oficial da União nº 105, de 04 de junho de 1999), dos Atos do Poder Executivo

Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e dá outras providências.

Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999 (Diário Oficial da União nº 70-E, de 14 de abril de 1999), dos Atos do Poder Executivo

Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra — e dá outras providências.